

10 SET 1987

Amc P3

Moreira, mesmo só, fica com idéia do plebiscito

O governador Moreira Franco afirmou que a sua idéia sobre a realização de um plebiscito para definir se o país deve continuar com o sistema presidencialista de governo ou adotar o parlamentarismo "é mais moral do que política e, por isso mesmo, está longe de ser superada no grande debate das questões polêmicas que dividem os constituintes".

— Eu não tenho a menor dúvida — disse o governador fluminense — de que se a Assembleia Nacional Constituinte optar pelo parlamentarismo, uma campanha monumental pela convocação de um referendo popular, para avaliar ou não a medida, ganhará as ruas no dia seguinte. Eu acho, por isso mesmo, que o PMDB deve se preparar, desde já, para essa eventualidade.

Preço — Moreira considera apressadas as conclusões dos políticos que julgam superada a tese do plebiscito: "É errado afirmar que a idéia não passou pelo foro de governadores, reunido na última sexta-feira, em Florianópolis. Dos nove chefes de executivos estaduais presentes somente Pedro Simon (Rio Grande do Sul) e Max Mauro (Espírito Santo) eram parlamentaristas. Max Mauro é, no entanto, partidário da consulta plebiscitária para a questão, que só recebeu a desaprovação, na capital catarinense, de Simon e Newton Cardoso."

— Como Newton se colocou contra o plebiscito, porque acredita que a consulta plebiscitária custaria caro e poderia aborrecer os eleitores, eu acho que ele pode mudar de posição. Não haveria, por exemplo, nenhum acréscimo de despesas e nenhum transtorno para o eleitorado brasileiro se o plebiscito fosse realizado, simultaneamente, com as eleições de prefeito e vereador, no ano que vem — justificou o governador do Estado do Rio.

Bandeira — Sobre a mudança de posição do presidente José Sarney — que aceitou inicialmente a idéia do plebiscito para a questão específica do sistema de governo, mudou para a defesa da sua adoção para toda a Carta e terminou por abandoná-la — Moreira não quis

se aprofundar. Com constituintes fluminenses, em conversa no feriado de 7 de Setembro, o governador observou, porém, que o presidente deve ter sido assaltado por temores de que, além do sistema de governo, os constituintes poderiam resolver também submeter ao referendo popular a questão do tempo do seu mandato.

No próximo sábado, quando irá a Brasília para acompanhar a votação das emendas apresentadas ao anteprojeto da nova Constituição, na Comissão de Sistematização da Constituinte, Moreira voltará a conversar com o presidente do PMDB, Ulysses Guimarães, sobre a tese do plebiscito.

— Eu quero mostrar a ele que se o parlamentarismo passar nós não podemos correr o risco de perder para os opositores da Nova República a bandeira da campanha pela convocação do referendo popular. O presidencialismo, há 24 anos, recebeu uma grande consagração popular, quando o povo foi chamado a dizer se queria a sua volta ou se preferia a manutenção de um parlamentarismo de ocasião, vigente à época. Em história, esse tempo não é nada, o que só reforça a minha convicção de que somente o povo, chamado outra vez a se manifestar, poderá decidir sobre uma das questões mais polêmicas da Constituinte — disse Moreira.

O governador Moreira Franco informou que a reforma administrativa que os chefes de executivos estaduais querem aprovar na Comissão de Sistematização da Constituinte exige a suspensão temporária da estabilidade dos servidores públicos. Essa medida, segundo ele, é necessária para que funcionários que estejam sobrando em uma determinada repartição possam ser remanejados para outras que apresentem carência de pessoal. A reforma administrativa, juntamente com a descentralização da política tributária, está entre as questões que os 21 governadores do PMDB consideram inegociáveis no anteprojeto elaborado pelo deputado Bernardo Cabral.

Cabral diz que o tempo é curto e por isso não participará de sessões

BRASÍLIA — O relator da Comissão de Sistematização, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), disse que não vai cumprir a decisão que o obriga a comparecer às sessões, aprovada anteontem, por considerá-la anti-regimental. "O meu tempo é exiguo e não tenho condições de comparecer a todas as discussões."

Depois da declaração, Cabral desculpou-se com os demais integrantes da Sistematização, alegando que a elaboração do segundo substitutivo toma todo seu tempo. Disse que o Instituto Israel Pinheiro — onde se reúnem os grupos que estudam emendas ao primeiro substitutivo — "está aberto a todos".

Os deputados Ademir de Andrade (PMDB-PA) e José Genoíno (PT-SP) argumentaram que, se o projeto de Constituição está sendo definido em reuniões fora do Congresso, as sessões plenárias da Constituinte, que há 15 dias ficaram restritas às quartas-feiras, devem ser restabelecidas.

O deputado José Tavares, que presidia os trabalhos, prometeu levar a sugestão ao presidente da comissão, senador Afonso Arinos (PFL-RJ), mas fez outra proposta: o senador José Fogaça (PMDB-RS) passaria a ser elemento de ligação, trazendo para a Sistematização as sugestões feitas pelos grupos. Cabral aprovou a idéia.

Relator dará mais recursos a estados

O relator da Constituinte, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), acolheu proposta de aumento da transferência de recursos orçamentários da União para os estados do Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Cabra e a equipe de relatores que prepara o próximo parecer constitucional discutiram durante toda a tarde com um grupo de 20 parlamentares daquelas regiões.

A sugestão dos parlamentares, aceita pelo relator, prevê o seguinte: os estados do Norte, Nordeste e Centro-Oeste terão aumento de 2% para 3% de sua participação no orçamento da União para financiar investimentos. Este aumento será adicionado aos percentuais já previstos no projeto anterior de Cabral dos Fundo de Participação dos Estados e Fundo de Participação dos Municípios.

O projeto original de Cabral prevê que 46% do orçamento da União, auferido com IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados) e Imposto de Renda, são destinados aos fundos de participação nos Estados (21,5%) e os municípios (22,5%). A alíquota suplementar de 3%, entretanto, não será a fundo perdido, explicou a deputada Sandra Cavalcanti (PFL-RJ).